

COQUÍ: UM CORONEL NEGRO NO SERTÃO BAIANO (MORRO DO CHAPÉU-BA, 1864-1919)

Moiseis de Oliveira Sampaio*

Jackson Ferreira**

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória do partido político fundado e liderado pelo coronel negro da Chapada Diamantina Francisco Dias Coelho, na cidade de Morro do Chapéu, uma pequena localidade no sertão da Bahia e grande produtor de diamantes e carbonatos do estado na época, que favoreceu o enriquecimento de alguns indivíduos que saíram dos estratos mais baixos da sociedade da época. Dias Coelho Nasceu pobre, neto de escravos e em pleno período escravista, enriqueceu com o comércio de diamantes e carbonatos e ingressou na política regional com influencias na política e economia da Bahia de então. As estratégias políticas deste partido é o mote para este trabalho.

Palavras-Chave: Bahia; coronelismo; partido político

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar la trayectoria del partido político fundado y dirigido por el coronel negro de la Chapada Diamantina Francisco Dias Coelho, en la ciudad de Morro do Chapéu, un pequeño pueblo del interior de Bahía y de los principales productores de diamantes y carbonatos del estado de en aquel momento, lo que favoreció el enriquecimiento de unos pocos individuos que dejaron los estratos inferiores de la sociedad de la época. Dias Coelho nació pobre, nieto de esclavos en el período esclavista, enriquecido con el comercio de diamantes y carbonatos ingresó a la política regional con influencia en la política y economía de Bahía de aquella época. Las estrategias políticas de este partido es el lema para este trabajo.

Palavras-Clave: Bahia; coronelismo; partido político

* Doutor em Humanidades Y Artes pela Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Professor Assistente do curso de Licenciatura em Historia da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV.

** Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professor Assistente de História do Brasil (Império) do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia, Campus IV.

O coronel Francisco Dias Coelho nasceu em 3 de dezembro de 1864 na Fazenda Gurgalha (SAMPAIO, 2009, p. 13). Seu nascimento coincidiu com a emancipação política da então freguesia de N. S. das Graças de Morro do Chapéu, que antes pertencia à vila de Santo Antônio da Jacobina (CUNEGUNDES, 1999; DANTAS JR., 2006). Negro, o coronel Dias Coelho foi considerado por Eul-Soo Pang (1979) como o maior comerciante de pedras preciosas da Bahia e um dos dez coronéis mais influentes do Estado no início do século XX. Nosso objetivo é apresentar uma breve trajetória do coronel negro e, ao mesmo tempo, as estratégias utilizadas por ele e seu grupo, os Coquís, para chegar e permanecer no poder político de Morro do Chapéu, cidade do sertão baiano, nos primeiros anos da República.¹

A trajetória (MAMIGONIAN, 2010) de Francisco Dias Coelho, antes de se tornar o homem mais poderoso da Chapada Diamantina, apresenta várias lacunas, característico comum entre indivíduos oriundos das camadas subalternas da sociedade. Era filho de Quintino e Maria da Conceição Dias Coelho. Seus avôs paternos e maternos, respectivamente, eram Simão e Izalta Dias Coelho e José Gomes de Araújo e Andrezza Maria do Espírito Santo. Seu avô materno era africano. Desembarcou no porto de Salvador, ainda moleque, em 1824. Não sabemos quando o africano José chegou a Morro do Chapéu, mas é possível afirmar que entre 1837 e 1838, data da instalação da freguesia, já residia na região sob o poder do vigário Francisco Gomes de Araújo.² Também des-

conhecemos sua origem étnica. Talvez fosse mais uma entre os milhares de iorubas que desembarcaram no Bahia naquele período. (REIS, 2003).

José permaneceu escravo até 1844, quando comprou seu alforria por 1:600\$000 (SAMPAIO, 2009, p. 13). Com este valor, adquiria-se entre 64 a 80 cabeças de gado vacum ano acima.³ O período coincide com o início da exploração diamantífera em Morro do Chapéu, levando-nos a supor que este poderia ser um dos recursos usados pelo africano para acumular pecúlio e assim comprar a alforria e, de quebra, adquirir escravo, terras, casas, inclusive comercial, e animais. Andrezza Maria do Espírito Santo também viveu a experiência do cativo. Ao contrário do marido, nascera no Brasil, na vila de Jacobina. Era escrava de José e, pelo menos, uma de suas filhas nascera no cativo e fora alforria na pia batismal. Trata-se de Maria, futura mãe do coronel negro. Andrezza foi alforriada em 1850, em razão dos bons serviços prestados ao seu senhor, e marido, “pelo amor que lhe” tinha.⁴ Além de Maria, o casal teve Guilhermina. José e Andrezza viveram consensualmente até 1853, quando se casaram na eminência da morte do africano.⁵ Talvez sua intenção fosse fazer

cerimônias religiosas da igreja dedicada à N. S. da Graça.

- 3 Tomamos o gado como referência, pois neste período a maior fonte de riqueza era a pecuária, a partir da cria e recria. Os valores foram estimados a partir de inventários localizados no Arquivo do Fórum Clériston Andrade, em Morro do Chapéu.
- 4 A primeira menção a Andrezza Maria do Espírito Santo foi no batismo da sua filha Maria em 1847, informando que a mãe era forra e originária da freguesia de Jacobina. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu/IMNSGMC, *Livro de Batismo*, 1838-1860.
- 5 Segundo registro de casamento “Ao vinte e quatro dias do mês de Março [de] Mil oitocentos, e cinquenta e três neste Arraial de Nossa Senhora da Graça de Morro do Chapéu em perigo de Morte, e em casa não havendo impedimento

1 Para maior conhecimento da trajetória do coronel Francisco Dias Coelho, ver (Sampaio, 2009).

2 Cidadão português, o padre Francisco Gomes de Araújo deve ter chegado ao Brasil antes da década de 1830, visto que em 1839, quando o pequeno arraial de Morro do Chapéu foi elevado à freguesia, já figurava como o vigário colado e responsável pela administração e condução das

as pazes com a Igreja, a qual serviu quando era escravo de um padre (REIS, 1991).

A Fazenda Gurgalha, local de nascimento Francisco Dias Coelho e de residência de seus ascendentes e parentes, pertencia ao coronel Quintino Soares da Rocha e sua mulher dona Umbelina Adelaide de Miranda. Ambos eram brancos e membros de duas das principais famílias da região. Medindo 15.750 hectares, era uma das maiores propriedades da região, e, junto com outras do casal, estava entre as principais fornecedoras de gado para as regiões consumidoras de carne da Bahia.⁶

O coronel Quintino era um dos homens para poderosos da zona. Era o maior senhor de escravos de Morro do Chapéu. Em levantamento realizado em diversos documentos, contabilizamos, entre 1838 e 1880, um pouco mais de uma centena.⁷ Alguns desses, dedicavam-se à pecuária. Outros exerciam atividades domésticas e rurais próprias das fazendas de região. Formavam famílias sa-

cramentadas e consensuais. Alguns conseguiram o direito de possuir roças e criar gado. Essas atividades, junto com a mineração, eram formas dos cativos juntar um pecúlio e comprar a alforria (PIRES, 2003 e 2009; FRAGA FILHO, 2006, ALMEIDA, 2006).⁸ O casal Soares da Rocha alforriou alguns gratuitamente e vendeu a manumissão a outros. Entre os alforriados, estavam dois escravinhos que foram educados e protegidos pelo senhor. Após a morte do coronel, figuraram, em seu testamento, no rol dos herdeiros. Um deles casou-se com Guilhermina Gomes de Araújo, tia do futuro coronel Dias Coelho.⁹ A morte do coronel Quintino não beneficiou apenas aqueles escravinhos. Em 8 de maio de 1880, quatro dias após a morte do marido, dona Umbelina Adelaide de Miranda registrou carta de alforria coletiva libertando de forma condicional todos seus escravos:

estando em nosso perfeito juízo, e desejando recompensar aqueles que nos servem, certos de que todos somos iguais perante Deus que a todos criou, criando nosso primeiros Pais, sob a condição de nos servirem durante nossa vida, de sorte que falecendo um de nós, subsista essa condição a respeito do que sa-

algum conosco em presença do Reverendo José Victorino Cesar de comissão minha celebrou o Sacramento do Matrimônio José Gomes de Araújo Africano com Andrezza Maria do Espírito Santo, natural de Anna Felippa do Sacramento, ela natural da Vila de Jacobina, e ambos moradores desta Freguesia, e no dia 4 de abril dei as bênçãos nupciais na forma do Ritual Romano. Testemunhas Manoel Barbosa de Souza, e Cassiano Rufino de Souza. E para constar fiz este em que me assinei no mesmo dia mês, ano supra. O vigário Francisco Gomes.” Registro de Casamento de José Gomes de Araújo e Andrezza Maria do Espírito Santo, Igreja Matriz de N. S. da Graça de Morro do Chapéu (Doravante MNSGMC), *Livro de Batismo*, 1838-1860, fl. 60.

6 Registro da Fazenda Gurgalha, APB, Secção Colonial e Provincial, Série Agricultura, *Eclesiástico de Terras da Freguesia de Morro do Chapéu*, 1858-1860, maço 4752, fl. 125v.

7 Consultas em inventários, testamentos, registro de compra e venda de escravos e livro de óbito permitiram a localização de, até o momento, oitenta e quatro escravos que pertenceram, ou poderiam ter pertencido por meio de herança, a Quintino e sua esposa entre os anos de 1841 e 1870.

8 Em 24 de fevereiro de 1873 o coronel Quintino registrou uma carta de alforria em nome de Ramiro, crioulo, passada no dia 13 de maio do ano anterior na fazenda Gurgalha. Seu valor, 1 conto e 200 mil réis, dinheiro suficiente para comprar entre 48 a 60 cabeças de gado adulto.¹⁰ Já a também crioula Damásia Claudiana teve sua carta de liberdade registrada em 5 de junho de 1875 e pagou por ela 800 mil réis. Na época a escrava contava com 33 anos de idade e era mãe de José, Alexandrino e Cililo. Damásia Claudiana deveria ser uma escrava que sabia jogar com o paternalismo do seu senhor, pois seus filhos foram lembrados em no testamento do coronel, selado em 1874. Com sua morte, em 1880, José, Alexandrino e Cililo, juntamente com outro escravinho por nome Hernesto, filho de Putinciana, foram alforriados incondicionalmente.

9 Os escravinhos, herdeiros e prediletos do coronel, chamavam-se: Lídio Soares da Rocha e Manoel Lídio Soares.

breviver, concedemos a liberdade a todos os nossos escravos que possuimos livres e desembargados podendo eles depois de nossa morte gozar da liberdade que então lhes concedemos, como se de ventre livre nascessem não podendo nosso herdeiros, chamá-los a escravidão sob nenhum pretexto, visto como sob a condição de nos servirem durante a nossa vida lhes concedemos a liberdade por nossa livre e espontânea vontade e sem constrangimento de pessoa alguma.¹⁰

Além dos escravos e da família de Dias Coelho, o casal Soares da Rocha possuía muitos outros dependentes. Eram agregados, arrendatários e homens livres pobres prestadores de serviços. Em processo sobre posse de terra de 1873, alguns deles foram acusados de pertencerem à Casa Gurgalha.¹¹

As relações entre senhores e seus dependentes extrapolavam os simples fatores econômicos ou laborais. Havia estabelecimento de solidariedades e compromissos verticais e horizontais (CHALHOUB, 2003; THOMPSON, 1998; GENOVESE, 1988). O compadrio e o casamento eram formas de estabelecer essas solidariedades. Nesta condição, o consórcio entre os filhos de famílias agregadas da mesma fazenda poderia oportunizar maior segurança para os envolvidos. O nascimento de descendentes representava mais braços a serem incorporados ao grupo familiar e ao trabalho. A proximidade dos pais e parentes, e o apoio dos proprietários, poderiam garantir maior estabilidade, principalmente nos momentos mais críticos da vida como nas estiagens, lutas pela posse de terras ou mesmo em disputas judiciais diversas.

10 Registro de Carta de Alforria Coletiva passada pelo Coronel Quintino Soares da Rocha e Dona Umbelina Adelaide de Miranda, Fórum Clériston Andrade (Doravante, FCA), *Livro de Nota 1878-1880*, fl. 94-95.

11 Em sua tese, Ferreira (2010) defendeu que Casa Gurgalha significava relações de dependência pessoal, pertencimento físico e simbólico. Para maior compreensão ler os capítulos 3 a 6 da tese.

A segunda metade do século XIX foi marcada pela incidência de secas que prejudicaram a economia e a vida social de toda a Província. Várias regiões foram atingidas pelas fortes estiagens de 1857-61 e 1869-1970. O período mais intenso foi de 1857-61, sentida em Morro do Chapéu a partir de 1859, que se prolongou até meados de 1862. Segundo um abaixo-assinado enviado pelos homens influentes de Morro do Chapéu para a Presidência da Província, a situação da então freguesia era de total fome e miséria, deixando o povo absolutamente sem recursos. A população esperava pela “Misericórdia Divina”, pois “às portas [estavam] apinhadas de crianças quase nuas, homens, mulheres de toda condição, e idade mendigando um pedaço de pão e raras vezes o acha porque rara é a pessoa que o tem para dá-lo”.¹²

Muitos animais morreram por falta de água e pastagem, e a população sofreu com as plantações perdidas e a falta de trabalho nas propriedades. As secas também provocavam momentos de instabilidades na estrutura paternalista local, pois os senhores perdiam mão de obra livre e escrava. Se por um lado os proprietários poderiam ser forçados pelos agregados a cumprir com a obrigação de ajudar aqueles que lhes serviam e obedeciam há anos, por outro, os dependentes ficavam mais vulneráveis aos mandos do poder local, como última reserva de apoio. Entretanto, a balança dos prejuízos e sofrimentos pendia mais para os subalternos, que em momentos como esses não viam alternativas senão depender dos mais abastados, quanto mais distante fosse a relação com os proprietários menores eram as chances de ajuda para se manter no local, sendo obrigados a migrar por vontade própria o forçosamen-

12 Abaixo-assinado enviado pelos moradores de Morro do Chapéu ao Presidente da Província, APB, Seção Colonial e Provincial, *Presidência da Província, Seca 1845-1860*, maço 1607.

te, a exemplo dos escravos que por causa das dificuldades financeiras dos seus senhores, entravam como possibilidade de renda nos negócios do tráfico interprovincial (NEVES, 2000; PIRES, 2009).

Foi na conjuntura de privações decorrentes da seca que faleceu, na fazenda Gurgalha, Maria da Conceição Dias Coelho. Tinha apenas vinte e três anos. Francisco, então com sete anos, e sua irmã Maria Dias Coelho com oito, foram morar com o major Pedro Celestino Barbosa, homem de confiança do coronel Quintino, e dono de casas comerciais do vila, entre elas uma botica. Essa foi possivelmente a maneira encontrada pelo pai dos pequenos órfãos para amenizar as dificuldades enfrentadas por seus dois filhos. Salvava-os dos rigores da pobreza, ao tempo em que reforçava os laços de dependência com o coronel Quintino e estabelecendo novos com o major Celestino. Voltaremos a falar deles mais adiante, por hora, vamos entender um pouco mais sobre o espaço em que nasceu o personagem principal desse texto.

Pastagens, roças e pedras

Quando o coronel Dias Coelho nasceu, a Chapada Diamantina estava entre as maiores produtoras de bovinos da Bahia. A ocupação da região foi iniciada no século XVI e levou em consideração dois aspectos indispensáveis à pecuária: pastagens e oferta de água. No tocante ao primeiro ponto, quase toda a Chapada era bem servida. Porém, no que tange ao segundo, havia problema. Embora fosse bem servida de rios, nascentes e aguadas, a disposição desses mananciais não era bem distribuída. Na face norte, existia uma quantidade maior de aguadas que permitia que o gado não se deslocasse a distâncias muito longas nos meses de estiagem (entre maio e agosto). No sul, o relevo muito acidentado, a altitude e a vegetação não

permitiam que a pecuária se desenvolvesse com potencial suficiente para o abastecimento de outras regiões, sendo o gado criado, basicamente, para consumo local.¹³ Assim, o norte da Chapada Diamantina foi melhor aproveitado para a pecuária enquanto o sul somente veio a ter maior visibilidade após o aparecimento da mineração de diamantes e carbonatos.

A ocupação da região foi organizada na forma de grandes propriedades destinadas à pecuária, a exemplo da fazenda Gurgalha, para o abastecimento do Recôncavo Baiano e das regiões auríferas. Muitas dessas fazendas eram tocadas por famílias de agregados que se estabeleciam em áreas determinadas pelos proprietários. E como vimos, nesses locais os dependentes desenvolviam agricultura de subsistência e praticavam a criação e recria de bovinos em sistema de meação com os fazendeiros. As primeiras grandes transformações na sociedade regional vieram a partir do início da exploração de diamantes na Chapada Diamantina que ocorreu desde 1841. A primeira mina foi oficialmente descoberta no local chamado Aroeiras, perto da vila de Xique-xique. Em 1842, foram descobertos em Morro do Chapéu, Lençóis e Andaraí (CATARINO, 1970: 21). No primeiro momento, a atividade mineradora se tornou mais uma alternativa de renda para pequenos agricultores da região. O tempo livre não utilizado na agricultura de subsistência ou na pecuária era investido no “faiscamento” de diamantes.¹⁴ Em pouco tempo,

13 Entende-se como aguada as depressões no terreno argiloso ou pedregoso no sertão da Bahia que acumulava água durante a estação das chuvas permanecendo como reservatório no período seco, sendo assim, um importante auxílio para a criação do gado.

14 O termo faiscamento era comumente utilizado para a atividade de garimpar nos leitos dos rios com ferramentas rudimentares como bateias, pás e picaretas, para cavar nas margens e encontrar diamantes no meio do cascalho. Estes

houve forte migração para a região. Pessoas de dentro e fora da província foram atraídas pela promessa de dinheiro fácil, e com isso muitos garimpeiros se agregaram à população local.

No final dos anos de 1860, os diamantes que haviam se tornado o principal produto de exportação da região começaram a escassear. Fatores internos e externos favoreceram a decadência da exploração. Internamente, com a seca de 1868 a vazão dos rios perenes ficou muito baixa e os temporários secaram. A pouca disponibilidade de água para lavar e separar o diamante do cascalho e do ferrujão levou à diminuição da produção. Externamente, a descoberta de diamante no Transvaal, de qualidade superior ao brasileiro, possibilitou o domínio da União Sul-Africana no comércio internacional. Soma-se a isso a deflagração da Guerra Franco-Prussiana que fez com que seu preço despencasse. Com a crise econômica, muitos produtores e comerciantes de pedras preciosas da Chapada Diamantina preferiram investir na cultura de cacau no sul da Bahia onde os rendimentos com menos riscos equivaliam aos diamantes no auge da exploração.

Em um lapso de tempo de dez a quinze anos a mineração voltou a ser fonte de riqueza na Chapada Diamantina, dessa vez com amplitude ainda maior. O revigoreamento da atividade mineradora ocorreu com a descoberta das propriedades industriais do carbonato. O minério, também é carbono puro, era considerada pelos garimpeiros da região como um pedregulho satélite do diamante, de cor negra e fosca. Também chamada de ferrujão, servia de referência para que os trabalhadores do garimpo pudessem encontrar as pedras de maior valor. Quando

instrumentos foram encontrados em alguns inventários de moradores da região.

o diamante era encontrado, o carbonato era descartado, pois atrapalhava as atividades dos faiscaadores. Só a partir de 1860, quando um engenheiro francês descobriu as suas propriedades industriais foi que o carbonato começou a despertar o interesse dos compradores (MELO, 1989, p. 108).¹⁵ Em função da sua dureza, os carbonatos foram utilizados na confecção de pontas de brocas para a perfuração de rochas nas minas de carvão da Europa e na construção de importantes obras de infra-estrutura mundial, como a abertura do Canal e Suez (1859-1869) e do túnel ferroviário de São Gotardo na Suíça. O auge do consumo mundial de carbonatos se deu na construção do metrô de Paris inaugurado em 1900, o de Berlim em 1902, e com a abertura do Canal do Panamá concluída em 1905.

Neste meio tempo, grandes construções internacionais reforçaram a necessidade crescente do carbonato. A partir do fim da primeira década do século XX, o carbonato passou a ser utilizado também na indústria mecânica para usinagem e polimento de peças de aço. A Chapada Diamantina se tornou então produtora quase exclusiva do minério. Além da Bahia, somente Bornél na Oceania produzia carbonato, mas com qualidade inferior ao que aqui existia. O comércio de diamantes e carbonato da Chapada atingiu seu auge em 1905 (CATARINO, 1970:108). Segundo o jornal *Diário de Notícias*, o valor do carbonato em 1905 era de 70 mil réis por grama, enquanto uma cabeça de gado

15 A partir de 1870 o carbonato começou a ser utilizado no fabrico de pontas de brocas para as perfuradoras a vapor, que, conjuntamente como a dinamite, que substituiu a pólvora negra, possibilitou um avanço nas técnicas de mineração de carvão mineral e minério de ferro e também abertura de galerias subterrâneas, esse desenvolvimento tecnológico permitiu a abertura de túneis ferroviários e a utilização de metrô nas metrópoles europeias da época.

vacum era avaliada em 30 mil réis por cabeça.¹⁶ Um grama de carbonato equivalia a quase duas cabeças e meia de gado bovino. Os garimpeiros recebiam no máximo 10% do que era minerado ficando o atravessador com praticamente 90% do valor produzido. O coronel Dias Coelho estava entre um dos maiores atravessadores da Bahia.

Animais políticos

Por volta de 1882, início do grande fluxo comercial de carbonato, Francisco Dias Coelho, já alferes da Guarda Nacional, trabalhava como tabelião de notas no cartório local. O emprego serviu para que o futuro coronel estabelecesse ligações políticas. Mas foi na botica do major Pedro Celestino Barbosa, para onde foi enviado após a morte de sua mãe, que começou a construir sua fortuna, atuando como intermediário entre os garimpeiros e os estrangeiros que procuravam grandes quantidades de minério (PANG, 1979, p. 119), posteriormente fundou com o seu cunhado a sua própria empresa de exportação a Coelho & Nery Cia e Exportação.

Para alcançar postos políticos, nosso personagem teve de enfrentar a barreira da cor em uma sociedade cuja elite tradicional era branca e em um período em que as teorias raciológicas começavam a ser empregadas como justificativas para as novas formas de controle social sobre a população negra e mestiça (ALBUQUERQUE, 2009). Esse empecilho foi rompido através da riqueza e do prestígio. A obtenção de patente da Guarda Nacional foi o primeiro passo na ascensão política do futuro mandatário morrense e de outros comerciantes negros e pardos da Chapada Diamantina. Segundo Castro, “a Guarda Nacional foi a primeira instituição oficial que fez cessar a distinção de cor, o que a tornou essencialmente nova e moderna ao

enfrentar o problema das relações étnicas, num regime que reconhecia a escravidão como legítima” (1979, p. 136). Essa parece ter sido a oportunidade para que Dias Coelho adquirisse a patente de alferes e, posteriormente, a de coronel.¹⁷

Antes de se tornar o grande mandatário de Morro do Chapéu nas duas primeiras décadas do século XX, o coronel Dias Coelho fez parte do grupo político do coronel Quintino Soares da Rocha e do major Celestino, aos quais estava ligado por laços de dependência. Esta ligação lhe garantiu, na década de 1880, uma das três vagas na comissão local do Fundo de Emancipação. Na época, o presidente da Câmara Municipal era justamente o major Celestino, que também presidia a comissão do Fundo. Em 1880, o coronel Quintino faleceu sem deixar herdeiros diretos. Coube ao major Celestino assumir a liderança política da vila. Na década de 1890 a divisão que se anunciava nas décadas anteriores ficou mais clara. Além dos proprietários de terras, filhos das famílias tradicionais locais, o grupo passou a contar com a forte presença dos comerciantes enriquecidos com o comércio de carbonato.

Seguindo a organização familiarocrática da política sertaneja, o coronel Dias Coelho estava fora da linha de sucessão como representante do grupo político ao qual era filiado e comandava o seu padrinho. Contava contra ele vários fatores: não era parente consanguíneo do coronel Quintino nem de outro chefe local; descendia de duas famílias de negros agregados na Fazenda Gurgalha, sendo que uma dela tinha como patriarca um ex-escravo africano; e, sobretudo, a cor da sua pele. A alternativa

17 Não sabemos exatamente quando Francisco Dias Coelho comprou a patente de Coronel. Documentos de 1892 localizados no Fórum Clérilton Andrade mostram que o mesmo já assinava como Tenente Coronel.

16 Diário de Notícias, 08/01/1905.

encontrada pelo coronel Dias Coelho e outros indivíduos excluídos do poder foi romper com o major Celestino e fundar outro grupo. Devido à cor da pele do coronel Dias Coelho e de grande parte de seus aliados, o novo grupo foi pejorativamente apelidado de “Coquís”. Era uma alusão a um pássaro plumagem preta, de canto alto e ruidoso muito comum na região da Chapada Diamantina. Segundo Morel (1999), a “zoologia política” era usada em todo o Brasil desde o Império, sendo comuns os apelidos pejorativos aos grupos opositores. Em resposta, o grupo do major Celestino foi apelidado de Mememés, uma menção aos bodes brancos largamente criados nas áreas de caatinga pedregosa das cercanias da cidade (SAMPAIO, 2009; LEITE, 2010).¹⁸

A organização dos Coquís começou com familiares de Antônio Gabriel de Oliveira e Honório Pereira de Souza, dois antigos desafetos do coronel Quintino. O primeiro era professor de primeiras letras e tradutor de francês. Tornou-se uma espécie de biógrafo e historiador local. Chegou a publicar artigo na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, em 1919, e um levantamento histórico do município registrado no livro de Tombo da Igreja local (OLIVEIRA, 1919). Exercia a função de “eminência parda” no partido. Já Honório Pereira de Souza eram membro de uma das principais famílias locais, mas também exercia a profissão de sapateiro na cidade. Era ele quem distribuía folhetos com as mensagens ou críticas aos opositores. Em alguns momentos publicou jornais de circulação local e de duração efêmera.

¹⁸ Popularmente na região referir-se a alguém como coquí significava um xingamento como se referir a um negro como “urubu” nos dias atuais, enquanto o bode por não respeitar cercas e adentrarem em propriedades alheias era sinônimo de ladrões.

Em 1898, o coronel Dias Coelho, apoiados pelos coquís, lançou-se na sua primeira aventura política e se candidatou ao cargo de Intendente Municipal. No dia 20 de novembro de 1899, às onze horas da manhã, iniciaram as apurações dos votos das eleições ocorridas 15 dias antes. Fora instalada a mesa apuradora para membros do Conselho Municipal, Intendente da Junta de Administração Distrital e Juiz de Paz.¹⁹ Quinhentos e setenta e uma pessoas votaram. Como na Primeira República apenas os cidadãos do sexo masculino e alfabetizados poderiam votar, presumimos que a imensa maioria dos eleitores era oriunda das famílias da elite (CARVALHO, 1987). O coronel negro perdeu as eleições por 495 a 76 votos. Embora não tenham sido encontrados indícios de fraudes nas atas eleitorais, não quer dizer que isso não tenha ocorrido. Fraudar eleições durante a Primeira República era muito comum.

Apesar da derrotadas eleições para Intendente e para Juiz de Paz, os Coquis elegeram três dos sete conselheiros municipais. Os resultados apontaram caminhos a serem seguidos nos pleitos futuros. A primeira estratégia foi utilizar os conselheiros para reforçar a influência do partido na política local e assim conquistar novos eleitores. Optaram também por reforçar a construção da imagem pública do coronel Dias Coelho, tanto nas camadas populares, onde tinha trânsito graças ao contato direto com os garimpeiros, pequenos produtores e agregados, quanto nas elites. Nas eleições de 1903, os Coquís concorreram novamente e saíram vitoriosos, elegendo Antônio de Souza Benta como Intendente Municipal e ainda ob-

¹⁹ Apuração dos votos das eleições municipais, Arquivo da Câmara Municipal de Morro do Chapéu (Doravante ACMCM), *Livro de Atas*, 1898-1915, f. 12.

tiveram a maioria no Conselho Municipal.²⁰ Aproveitando esta maioria, o coronel Dias Coelho foi escolhido tesoureiro da Intendência Municipal e contador do Conselho. Começava a consolidação do grupo e comprovava a eficácia das ações na ocupação dos espaços políticos no município.

Com os Coquís no poder, o coronel Dias Coelho passou a comandar a política local e regional sem oficialmente ser eleito para um cargo público, o que ocorreu apenas em 1909. Os pássaros pretos comandariam Morro do Chapéu de 1903 a 1930. Este comando é dividido em duas fases. De 1903 a 1919, data do falecimento do chefe do grupo, a oposição não se fez presente. Mas, a partir da vacância da chefia local, as disputas políticas com a oposição passaram a ocorrer com mais intensidade. Algumas destas disputas chegaram às vias de fatos, com cerco armados na casa de Coquís. A oposição era comandada pelos Dourado, uma família vinda do Ceará, que habitava o município desde os anos finais do século XIX, que apesar de se imiscuir na política local desde larga data, foram ofuscados pelo poder de Dias Coelho (LEITE, 2010).

Farda e terno

Na sociedade sertaneja as mulheres da elite tinham papel ativo. Cabia a elas, além das atividades domésticas, a administração da casa, das chácaras e hortas (FERREIRA, 2008; CARVALHO, 2010). Elas assumiam no sertão a função de “relações públicas” arregimentando parentes pobres, dando assistência aos mais necessitados, reforçando os laços de compadrio, dando atenção aos afilhados, promovendo festas, amenizando intrigas. Na ausência de uma esposa que cumprisse essas funções, a irmã do coronel Dias

Coelho, Maria Dias Coelho, conhecida como Mariquinha Coelho, terminou incorporando esse papel. Mesmo depois do casamento do irmão, era ela quem cuidava da coesão do grupo. A memória local creditada a ela a introdução da festa de São Benedito em Morro do Chapéu. Entretanto, encontramos no Livro de Fábrica da Igreja referência a uma imagem de São Benedito na primeira metade do século XIX. Desta forma, supomos que o papel de Mariquinha foi aumentar o culto ao santo na sociedade.

A padroeira da vila sempre foi Nossa Senhora da Graça, mas a partir dos primeiros anos do século XX o santo negro passou a dividir o altar mor com a Virgem Maria. Acreditamos que essa foi uma maneira de legitimar o governo do coronel Dias Coelho quando esse chegou ao poder, responder de forma simbólica aos preconceitos raciais dos opositores e ao mesmo tempo, aproximar ainda mais a população do coronel negro. As festas dos dois santos ocorriam em períodos bem próximos, sendo que a de Nossa Senhora da Graça era mais formal e solene, com novena dentro da igreja. As festividades de São Benedito eram realizadas na rua com muita música, dança e divertimentos populares. No início do século, a elite local participava das festas da Padroeira. O povo, de uma maneira geral, apresentava-se mais na de São Benedito. Como “bom” político, o coronel Dias Coelho participava das duas.

Os Coquís cunharam a imagem de pacificador para o coronel Dias Coelho. Mas na Primeira República o poder dos coronéis também se impunha pelas forças das armas. Essa tarefa ficou a cargo de Antônio de Souza Benta e Horácio de Matos. Ambos eram originários do sul da Chapada Diamantina e radicados em Morro do Chapéu com o crescimento do comércio de pedras preciosas. Antônio de Souza Benta, que se elegeu In-

²⁰ Ata das Eleições Municipais, ACMCM, *Livro de Atas*, 1898-1915, f. 29.

tendente nas eleições de 1903, também era negro, oriundo da vila de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê). Era um conhecido chefe de jagunços e através da influência do coronel Dias Coelho conseguiu a patente de Alferes, depois Major, até atingir a de Tenente-Coronel. Benta exercia muita influência entre os garimpeiros e cabras do município. Um dos mais prósperos garimpos da região ficava nas terras de sua fazenda Martin Afonso. Após a morte do líder do grupo em 1919, seria sucessor no comando do município e do posto de Comandante Superior da Guarda Nacional. Faleceu na década de 1940 (LEITE, 2010).²¹

Horácio Queiroz de Matos é mais conhecido na historiografia baiana. Nasceu em Lençóis. Desde muito jovem estava acostumado às lutas, combates e mortes que com frequência envolviam a sua família. Chegou a Morro do Chapéu com seu tio Clementino de Matos, um dos mais conhecidos chefes de jagunços do sertão baiano no século XIX, quando foram contratados por um fazendeiro local para resolver conflitos de terras (CHAGAS, 1982, p. 10). Estabeleceu-se no município como “capangueiro” onde permaneceu até 1910.²² Durante esse tempo se tor-

nou amigo e aliado do coronel Dias Coelho, de quem ganhou a patente de Alferes em fins do século XIX. Após a morte do tio, Horácio de Matos retornou a Lençóis e assumiu o comando da família. Envolveu-se em vários conflitos armados na Chapada Diamantina resultaram em mortes por motivos políticos ou de vingança. Mesmo residindo na outra extremidade da Chapada, manteve os laços de solidariedade e apoio de armas ao coronel Dias Coelho de quem continuou amigo e aliado até o seu falecimento em 1919. Na segunda e terceira década do século XX, Horácio de Matos se tornou o mais influente coronel do interior baiano caracterizado por Pang como “super coronel” (1979, p. 216). Morreu assassinado em Salvador em 1931.

Como forma de divulgação da sua imagem pública a utilização em massa de imagens fotográficas começou a ser difundida pelos Coquís na Região. No final do século XIX e início do século XX, era comum entre as pessoas abastadas a distribuição de fotografias aos familiares e amigos mais próximos. Os Coquís estenderam esse costume aos correligionários e às famílias das camadas populares e aproximam a figura do coronel das pessoas que não tinham a possibilidade de vê-lo ou que não receberiam retratos de amigos ou parentes ricos. Essa atitude era compreendida pelo recebedor da fotografia como um ato de “grande apreço e amizade” dedicatória que se tornou comum nos versos das fotografias distribuídas. A tarefa ficou a cargo do fotógrafo Eurícles Barreto, devido à dificuldade de se ter um retratista a disposição no município, pois a maioria trabalhava como itinerante, os Coquís contrataram o seu próprio fotógrafo.

pedras preciosas. Economicamente, o capangueiro estava situado entre os garimpeiros, e o capitalista, este mantinha contatos com a empresa compradora estrangeira e levava o minério até o porto de Salvador.

21 Aqui o termo cabra foi utilizado na acepção dos estudos do coronelismo baiano, ou seja, para se referir aos agregados que mantêm relações de compromissos com os proprietários das fazendas, inclusive se valendo de armas para defender os interesses do grupo. Diferente dos jagunços, os cabras não eram “profissionais” armados para coagir o atacar rivais dos coronéis. O jagunço era uma espécie de mercenário contratado para defender a propriedade ou a pessoa, que neste caso é melhor designado como capanga. Já o pistoleiro era o assassino de aluguel contratado para eliminar algum desafeto, normalmente não conhecia nem a vítima nem o mandante somente o agenciador.

22 Capangueiro era o termo utilizado na Chapada Diamantina para se referir a um atravessador de menor porte, que comprava as “capangas” de diamantes, um tipo de bolsa de couro utilizadas para transportar coisas pequenas, inclusive as

As imagens apresentadas eram diferenciadas a depender da camada social à qual eram dirigidas. Para os mais pobres, eram distribuídas fotografias envergando a farda da Guarda Nacional, assentado na cadeira que se assemelhava a um trono, com o semblante tranquilo e imponente. Alguns elementos são importantes de serem destacados na utilização das fotografias utilizadas pelos Coquís. Primeiro, a imagem não era tratada na revelação do negativo, para demonstrar traços físicos mais próximos de uma pessoa branca. Segundo, o enquadramento da fotografia era feito de maneira a exaltar toda a imponência da farda da Guarda Nacional, mostrando os seus detalhes como botões, ombreiras, cinturões e punhos. Como maior parte da população de Morro do Chapéu era composta por pardos e negros, talvez a intenção fosse aproximar a população pobre do chefe político. Era como se um dos negros e pobres pelo nascimento estivesse ali representado.

Para a elite, a fotografia era outra. Ele aparece com um terno ajustado com uma gravata alinhada, também demonstrando tranquilidade com um semblante mais grave e solene, mas em nada lembra a fotografia da farda, exceto o personagem fotografado. Para o destinatário desta foto, a imagem transmitia que o personagem retratado era um dos seus, também culto e rico, embora essas fotografias não negassem a sua cor através do tratamento da imagem no ato da revelação. Os coquís não se esqueceram da questão cultural. Em 1902, junto com o professor Antônio Gabriel, o coronel Dias Coelho fundou o Grêmio Literário de Morro do Chapéu. O grêmio era composto por uma biblioteca, um salão de jogos e uma orquestra filarmônica, que também era escola de música. Oficialmente, o Grêmio Literário era aberto a todas as pessoas. Na prática, o aces-

so era para a elite local que se interessava pela cultura erudita. Aos pobres, a entrada se restringia à escola de música, que tinha como uma de suas funções formar músicos para animar as festas religiosas e seculares da cidade. Para os pobres, a escola de música era uma forma de ascensão, já que tocar na filarmônica significava a oportunidade de ser alfabetizado, uma vez que teria que aprender a ler partitura e para isso teria que aprender também a ler e escrever.

O coronel Dias Coelho não se esquecia das festas populares e cívicas, como o Carnaval e Dois de Julho. Suas aparições proporcionavam uma visibilidade muito grande perante a população, numa época em que os meios de comunicação eram precários e no caso de Morro do Chapéu chegavam a ser inexistentes. Estar com os pobres e com as elites, mesmo que algumas vezes em eventos distintos, proporcionava a proximidade necessária para que todos os setores da sociedade local o vissem como líder e como exemplo a ser seguido. No âmbito pessoal, o dia 03 de dezembro, data do seu nascimento, transformou-se na cidade em um feriado não oficial. Era comemorado com o patrocínio do próprio aniversariante. Todos os setores da sociedade participavam das celebrações.

Sob o governo dos pássaros pretos

Antes mesmo de assumir o controle da vila em 1903, os Coquís presidiram o Conselho Municipal em 1898, através de Francisco Nery Batista, casado com Maria Dias Coelho, portanto cunhado do coronel Dias Coelho. Mesmo não tendo a maioria no Conselho lutaram para criar infraestruturas, melhorar as condições de vida da população e romper o isolamento histórico de muitos espaços.

Quando os Coquís chegaram ao poder, Morro do Chapéu ainda era uma cidade pequena de ruas estreitas, mas com um comércio em expansão graças à atividade mineradora que movimentou a economia tanto local quanto regional. Embora fosse a sede do município, Morro do Chapéu era menor que o Arraial do Ventura, o distrito minerador da vila. Mas foi somente a partir do governo de Dias Coelho que a cidade experimentou um momento de crescimento, sendo completamente reestruturada, assumindo ares de modernidade procurando se parecer cada vez mais com as cidades “bem estruturadas” do início do século XX.

Uma das maiores ações dos Coquís e que ainda se vê até hoje na cidade de Morro do Chapéu foi a modernização da malha urbana da cidade. Era um projeto antigo, mas que só teve início com o surto de varíola de 1910. A “bexiga” atingiu primeiro o distrito minerador do Arraial do Ventura, e logo depois a sede do município. Como em Morro do Chapéu não havia médicos suficientes para tratar os infectados, as primeiras providências tomadas para combater a epidemia foi afastar as pessoas infectadas do convívio social enviando-as para as serras que ficavam a 2 km da sede da vila. Mas essa medida não fez o efeito esperado. Foi então necessário que o governo do município interviesse, adotando medidas drásticas para o controle da doença.²³ Em agosto de 1910 foi promulgada a

23 Não há documentos que comprovem a data exata que a varíola chegou a Morro do Chapéu, o que se tem são relatos orais e poucos relatos de memorialistas. Sabe-se, no entanto, que em meados de 1910 a “bexiga” chegou à região. Provavelmente o surto foi iniciado no Arraial do Ventura, onde foram conhecidos os primeiros casos. Mesmo não havendo comprovação documental, testemunhos orais contam que a bexiga fora trazida de Salvador pelos senhores Bolí e Marcolino Andrade. Estes eram comerciantes locais e viajavam com frequência à capital do Estado. Aparentemente eles retornaram infecta-

Lei Municipal nº 31 que visava combater a epidemia, higienizar e modernizar a cidade. Essa lei era composta do Código de Posturas Municipais e de Normas específicas para erradicação da varíola no município.²⁴

O coronel Dias Coelho ordenou a realocação do cemitério que ficava atrás da Igreja Matriz. Afastava assim os miasmas, tão disseminados pelos cientistas da época como causadores de doenças, do centro da cidade. Seguindo o conceito da *Belle Époque*, a Lei estipulava que as ruas deveriam ter omíni-mo de 14 metros de largura e as praças 30. As casas que não obedecessem a esta metragem deveriam ser demolidas e construídas seguindo o novo alinhamento das vias. A cidade então foi reconstruída com ruas largas e retas, com uma avenida principal que media 18 metros de largura, paralela a outras duas com 14 metros cada uma. As ruas foram cortadas por artérias menores que nunca mediam menos que a largura estabelecida na Lei. As avenidas principais que seguiam no sentido norte-sul foram cortadas por três praças, uma delas com metragem maior que os trinta metros.²⁵

A Lei nº 31 determinava ainda que toda carne comercializada na feira no município deveria ser inspecionada. Os animais passariam a ser sacrificados em locais apropriados, que ficaram conhecidos como “currais de matança”. Esses “abatedouros” deveriam ser construídos em todos os distritos. Como forma de se cumprir a lei, havia uma rígida fiscalização na feira e a carne proveniente de matadouros clandestinos seria apreendida e

dos para o Ventura. Segundo depoimento concedido por Dona Maria Medrado de Souza, em 1997, então com 96 anos, na cidade de Morro do Chapéu. Arquivo pessoal de Fabrícia Sampaio, Morro do Chapéu Bahia.

24 ACMCMC, *Livro de Leis do Conselho Municipal de Morro do Chapéu*, Lei n.º 31 de 1910.

25 ACMCMC, *Livro de Leis do Conselho Municipal de Morro do Chapéu*, Lei n.º 31 de 1910, p. 21.

o comerciante multado. Caso o fiscal falhasse nas suas funções, também receberia multa e poderia ser demitido. As feiras também foram modificadas. A administração municipal ordenou a construção de barracões tanto na sede como nos principais distritos. A reunião de todos os feirantes no mesmo lugar facilitava o controle, a fiscalização de produtos irregulares e a cobrança de impostos. Era a modernização com controle social. As medidas de higiene atingiram também as lavadeiras. Ficava proibida a lavagem de roupa dentro do perímetro urbano. Isso atingia principalmente as lavadeiras de ganho, pois elas utilizavam o leito do rio Jacuípe que passava alguns metros por trás das casas na margem sul da cidade. O coronel Dias Coelho ordenou a construção de uma lavanderia pública distante das casas, mas de fácil acesso, chamada fonte do Pó-Só, com uma estrutura montada para que não prejudicasse a higiene da cidade, nem tampouco impossibilitasse o trabalho das lavadeiras. A água da lavanderia era filtrada por canais de decantação e devolvida ao rio Jacuípe pouco mais adiante. Outros fatores parecem não ter uma preocupação higiênica, apenas estética, como a obrigação legal de que todas as casas fossem caiadas para o aniversário da Independência do Brasil.

Os Coquís não se esqueceram de investir na educação. Criaram escolas municipais de primeiras letras nos distritos mais importantes. Naqueles onde não havia condições de instalar uma escola regular, foram contratados professores para lecionarem em classes mistas. Por não se tratar de escolas formais, essas classes tinham como único objetivo alfabetizar uma quantidade de alunos determinada pelo Conselho Municipal. Os professores eram indicados pelos chefes políticos dos distritos, contratados pela Intendência por um período de um ano e fisca-

lizados pelo Conselho Municipal a partir das informações da comunidade onde as classes estavam situadas.²⁶ Com o investimento na educação, houve um crescimento 2.250% no número de alunos. Este número é significativo considerando que de 1899 até 1903, quando o grupo do coronel Dias Coelho ainda não estava à frente do governo, os investimentos em educação foram praticamente os mesmos de anos anteriores, existindo apenas uma escola estadual existia no município. Nos quatro anos posteriores, já sob o mando dos Coquís, o número de escolas passou de uma para seis e foram contratados cinco professores para ministrar aulas avulsas. Quando o coronel Dias Coelho deixou a tesouraria e contadoria da Intendência e passou a governar de fato o município, os investimentos ficaram ainda maiores. No seu primeiro governo, iniciado em 1909, houve um crescimento ainda maior. Já eram dez escolas e o número de professores das classes mistas dobrou. Nesse mesmo período houve um crescimento de 293.7% no número de alunos alfabetizados por esses professores, o que significou um aumento de 49,5% no número de eleitores.²⁷

A morte do pássaro

O coronel Francisco Dias Coelho governou Morro do Chapéu até a sua morte em 1919. Meses antes o *Correio do Sertão*, jornal que ajudou a fundar e que era o veículo de propaganda dos Coquís, noticiava semanalmente o seu estado de saúde.²⁸ O jornal foi

26 ACMMC, *Livro de Atas*, 1898-1915, f.30

27 ACMMC, *Livro de Atas*, 1898-1915.

28 O jornal foi fundado em 3 de dezembro de 1917, data do aniversário do coronel Dias Coelho. Apesar de oficialmente não pertencer ao líder dos Coquís, o periódico tinha uma missão bem definida. Era o veículo de propaganda política e de promoção pessoal do coronel negro e do seu grupo. Informava semanalmente os acontecimentos que envolviam o coronel, dando des-

fundado em 3 de dezembro de 1817, data de nascimento do coronel. Desde a sua fundação em 1917 o *Correio do Sertão* foi o porta-voz do grupo. Alguns dias antes do seu falecimento o Coronel Dias Coelho passou a sua espada da Guarda Nacional ao seu amigo e aliado coronel Souza Benta. Isso aconteceu numa cerimônia na sua residência com a participação dos correligionários e parentes mais próximos. Na mesma semana, o *periódico sertanejo coquinense* noticiou o fato e participou a toda população da cidade. O ato funcionou como um símbolo de continuidade. Um líder convalescente escolhe o sucessor que dará continuidade as suas obras. No caso em questão era um coronel negro, cujos avós maternos tinham sido escravos, passando o poder de governar uma cidade que crescia em função da economia mineradora a outro coronel negro, estrangeiro e chefe de jagunço.

O coronel Dias Coelho faleceu no dia 19 de fevereiro, às 4 da manhã. Era uma madrugada de sábado, tradicional dia de feira livre na cidade quando as pessoas vinham da zona rural para comprar os víveres que faltavam em suas moradias e vender o seu excedente. A feira livre era também o local onde as notícias eram veiculadas. O jornal local era distribuído neste dia. Como já era de se esperar a notícia rapidamente correu a cidade. Consta que a comoção foi generalizada. O *Correio do Sertão* assim noticiou acontecimento

A mão inexorável da morte acaba de roubar ao Morro do Chapéu o maior dos seus filhos – O Coronel Francisco Dias Coelho. Com ambas as mãos trementes a sustenter-lhe a fronte macilenta, a sua pátria-natal

taques aos eventos públicos que participava, as inaugurações, suas propostas e, principalmente, sobre o seu cotidiano (quem o visitava quando se tratava de alguém importante ou os telegramas que recebia).

chora, neste momento, a memória do seu grande morto, que em vida, soube manter honestamente a concórdia, o bem comum, o enaltecimento da terra que lhe serviu de berço. Coração nobre, grande, magnânimo, nobre de bondade, grande de benemerência, magnânimo de caridade. O Coronel Francisco Dias Coelho, com um sorriso nos lábios, cativava ao forasteiro, animava ao fraco, mostrava o caminho do dever aos viajantes perdidos da existência, protegia aos pobres, numa paciência exemplar e digna de apreço. A sua morte abriu um vácuo imenso no coração do município de Morro do Chapéu; a sua falta será indubitavelmente impreenchível. Chefe modelo, de fino trato, de largos ideais, ele abafava o alvoroço espontâneo da política, a fim de cumprir a toda risca o seu programa governamental, a fim de manter a ordem progressista de seu município, guardando silenciosamente no escrínio de sua alma todas as contrariedades que lhe apareciam momentaneamente na escabrosa rotina da política. Vestido pela última vez com a sua farda, o Coronel Francisco Dias Coelho parecia dormir. Durante todo o dia, de hora em hora, momento em momento, de diferentes lugares do município chegavam pessoas amigas que vinham render-lhe o derradeiro tributo de amizade e gratidão ao seu inesquecível chefe. Às 8 horas da manhã do dia 20 de fevereiro efetuou o seu enterramento na capela de Nossa Senhora da Soledade.²⁹

Um caráter quase que messiânico foi dado ao coronel Dias Coelho no momento da sua morte. As suas virtudes o colocavam acima de todos os cidadãos comuns da cidade e as suas características de lideranças eram evidenciadas tanto quanto a sua nobreza de caráter e bondade. A imagem pública construída anos antes pareceu ter o seu ápice neste momento. A única coisa que diminuiria a comoção generalizada na cidade com o falecimento de Dias Coelho seria um funeral merecedor da sua “grandeza”. Graças à utilização do telégrafo, a notícia do falecimento

29 *Correio do Sertão*, 23 de fevereiro de 1919.

do Coronel Coelho chega a Salvador, e jornais como *O Democrata* e o *Diário de Notícias* não deixaram de informar sobre aquele fúnebre acontecimento. Ambos não pouparam elogios aquele coronel sertanejo. Ainda em vida, o Coronel Dias Coelho sabia o que as pessoas pensavam a respeito da cor da sua pele. Este desafio fora vencido na sua ascensão econômica, política e principalmente social, tanto na região da Chapada Diamantina como na capital do Estado da Bahia. Muitos anos depois, o preconceito racial era evidenciado até mesmo entre os seus correligionários, que levou a duas reações distintas na manutenção do mito do Coronel após a sua morte. Nas comemorações de trinta anos de falecimento, o *Correio do Sertão* publicou uma das suas homenagens

A 19 deste mês passará o trigésimo aniversário do falecimento, nesta cidade, do Coronel Francisco Dias Coelho – o grande filho de nossa terra, que, nos anais de nossa história, deixou o seu nome brilhantemente imortalizado para sempre.

Apesar da cor da sua epiderme (grifo nosso), Dias Coelho, distinto, generoso, trabalhador e progressista, tinha como que o condão de atrair a simpatia de quem o aproximava. Foi realmente um homem raro, de envergadura notável, de caráter sem jaça e de um valor extraordinário – o orgulho de um povo, o dinamismo que fazia gerar a vida, progresso e alegria para Morro do Chapéu.

Há trinta anos que Dias Coelho morreu. Mas sua memória vive na gratidão e no respeito daqueles que tiveram a felicidade de o conhecer, daqueles que notaram de perto o seu valor social e a exemplar abnegação pelo bem comum.

A Dias Coelho, o “*Correio do Sertão*” presta esta modesta homenagem, sincera e respeitosa.³⁰

A “sincera e respeitosa” homenagem ressalta as qualidades atribuídas ao chefe político. Porém, reafirma que nenhuma delas era própria dos negros, uma vez que ele as tinha “apesar” da cor da sua pele. O *Correio do Sertão* demonstrava o preconceito racial da elite local. Evidenciava também que mesmo entre alguns dos seus correligionários mais próximos isso era patente. O grupo político criado por Dias Coelho chegou ao fim em 1946, com o falecimento do coronel Souza Benta, que até aquela data havia tomado o comando do município, embora não tivesse a mesma expressão regional e estadual que o líder anterior. Com a morte do coronel Souza Benta, e a ascensão de um novo grupo ao poder, iniciou-se na cidade um processo de apagamento da memória do coronel Dias Coelho. O *Correio do Sertão*, sob nova direção, com os herdeiros de Honório Pereira, deixou paulatinamente de rememorar o coronel. Outros mitos começam a ser criados e a festa de São Benedito foi deixando de ser financiada pela prefeitura. O processo de desmobilização da memória do coronel negro culmina com a retirada do seu nome dos espaços públicos.

Ao morrer, o coronel Francisco Dias Coelho deixou um filho, o Dr. Deusdedith Dias Coelho, nascido em 1887, antes do casamento do pai. Era fruto de um caso amoroso antes de contrair matrimônio com uma mulher branca. Deusdedith foi enviado para Salvador ao completar 18 anos, onde estudou na Faculdade de Medicina da Bahia. Formou-se médico e com a morte do pai tentou assumir a chefia do grupo. Mas não teve êxito. Faleceu poucos anos depois.

No início da década de trinta do século XX, os Coquís perderam o poder, e paulatinamente a imagem do principal expoente do partido foi sendo apagada com o passar dos anos. Até que os monumentos em sua

30 *Correio do Sertão*, 15 de fevereiro de 1949.

homenagem foram destruídos ou tiveram os nomes trocados. Apesar da ascensão familiar de dependentes na Chapada Diamantina em especial as conquistas pessoais do coronel Francisco Dias Coelho determinarem as estratégias de dominação políticas e sociais de um determinado período na região, ainda que curto, não foram suficientes para eternizar a imagem construída no final do século XIX e anos iniciais do século seguinte. Os conceitos e preconceitos de cor continuaram a existir e com as posteriores modificações políticas e econômicas da região quando uma nova elite adentra ao poder, o partido e o próprio coronel negro somente subsistiram nos documentos depositados nos arquivos locais, que permitiram reconstituir a sua trajetória.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Sheyla Oliveira. **Entre o brilho do ouro e a aridez do sertão: condições femininas nos sertões da Jacobina no século XIX (1878-1888)**. 2010. Monografia (Licenciatura em História) UNEB-Campus IV, Jacobina, 2010.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1855**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- CATARINO, José Martins. **Garimpo, garimpeiro, garimpagem**. Rio de Janeiro: Pholibliblion: Salvador: Fundação Econômico Miguel Calmon, 1970.
- CHAGAS, Américo. **O Chefe Horácio de Matos**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CUNEGUNDES, Jubilino. **Morro do Chapéu: um pouco de sua história, sua vida político-administrativo, suas belezas e sua gente**. Salvador: EGBA, 1999.
- DANTAS JÚNIOR, Antonio Barreto. **Cel. Dias Coelho: o diamante Negro – nosso mais importante filho e ilustre coronel**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2006.
- FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. 2008. Tese (Doutorado em História Social), UFBA, Salvador, 2008.
- FERREIRA, Jackson André da Silva. **Gurgalha: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX)**. 2010. Tese (Doutorado em História Social), UFBA, Salvador, 2010.
- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**, Campinas/SP, Editora da UNICAMP, 2006.
- GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;
- GONÇALVES, Graciela Rodrigues. **As secas na Bahia do século XIX (sociedade e política)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social), UFBA, Salvador, 2000.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1988.
- LEITE, Jedean Gomes. **“Terra do frio”, coronéis de “sangue quente”? Política, poder e alianças em Morro do Chapéu (1919-1926)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História), UEFS, Feira de Santana, 2010.
- LIBBY, Douglas Cole. **“Repensando o conceito do paternalismo escravista nas Américas”**, <<http://www.escravidaoemesticagem.com.br/IISimpósio/douglas.pdf>>, acessado em 28/01/2008.
- LOPES, Rodrigo Freitas. **Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador (1830-1873)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social), UFBA, Salvador, 2009.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de tra-

jetórias da era da abolição. **Topoi**, v. 11, n. 20 (2010), p. 75-91.

MELLO, Maria Alba Guedes Machado. **História política do Baixo e Médio São Francisco**: um estudo de caso de coronelismo. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFBA, Salvador, 1989.

MOREL, Marco. Animais, monstros e disformidades: a zoologia política na construção do Império do Brasil. **Estudos Históricos**, p. 13-24, 1999.

NEVES, Erivaldo Fagunde; MIGUEL, Antonieta (Org.). **Caminhos do sertão**: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Bahia, Arcadia, 2007

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. **Revista Afro-Ásia**, Bahia, nº 24, p. 97-128, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local). Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/Univ. Estadual de Feira de Santana, 2008.

OLIVEIRA, Antonio Gabriel de. Morro do Chapéu. **Rev. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Bahia, v. 45, p. 165-172, 1919.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888), São Paulo, Annablume/Fapesp, 2003.

_____. **Fios da vida**: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima - BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. **Revista Afro-Ásia**, Bahia, nº 24, p. 199-242, 2000.

_____. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas, Bahia, Século XIX**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

Recebido em: 08/06/2015

Aprovado em: 16/09/2015